

A VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES NO LAR E OS PAPEIS NORMALIZADOS DE GÊNERO: UMA ANÁLISE DAS MATÉRIAS DOS JORNAIS IMPRESSOS “O POPULAR” E “O DIÁRIO DA MANHÃ”

VIOLENCE AGAINST WOMEN IN THE HOME AND NORMALIZED GENDER ROLES: AN ANALYSIS OF THE ARTICLES OF THE PRINTED NEWSPAPERS “O POPULAR” AND “O DIÁRIO DA MANHÃ”



ANGELITA PEREIRA DE LIMA⁷

ANA PAULA DE CASTRO NEVES⁸

Resumo

Esse artigo visa analisar como ocorre a construção social das mulheres vulneráveis à violência no espaço familiar, sendo idealizado, na sociedade moderna, como palco sagrado e refúgio para a barbárie social Saffioti (1994), como resultado da socialização. Assim, a pesquisa teve o objetivo de apresentar dados catalogados na dissertação de mestrado “*A notícia de violência contra a mulher e a violência da notícia*”, em que foram analisados os casos de seis mulheres em situação de violência doméstica, que tiveram suas histórias publicadas pelos diários que circulam em jornais impressos de Goiânia, *O Popular* e o *Diário da Manhã*. As mulheres entrevistadas foram selecionadas a partir de uma consulta a esses dois jornais veiculados nos anos de 1997 e 1998, perfazendo um total de 1456 exemplares, dos quais 88 notícias foram consideradas universo da pesquisa. Pode-se concluir que na maioria das notícias selecionadas para definir os sujeitos da pesquisa, a violência aconteceu na casa da vítima, reforçando que historicamente é no espaço da conjugalidade, isto é, a casa, que os conflitos de gênero dessas relações que disputam e a violência se estabelece.

Palavras-chave: Violência doméstica; Casa; Jornais impressos; Notícias; Mulheres.

Abstract

This article aims to analyze how the social construction of women vulnerable to violence occurs in the family space, being idealized, in modern society, as a sacred stage and refuge for social barbarism Saffioti (1994), as a result of socialization. Thus, the research aimed to present data cataloged in the master's dissertation "The news of violence against women and violence in the news", in which the cases of six women in situations of domestic violence were analyzed, whose stories were published by the diaries that circulate in printed newspapers in Goiânia, *O Popular* and *Diário da Manhã*. The women

⁷ Reitora da UFG. Docente do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Direitos Humanos - (PPGIDH).

⁸ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Direitos Humanos.



interviewed were selected from a consultation of these two newspapers published in 1997 and 1998, making a total of 1456 copies, of which 88 news were considered the research universe. It can be concluded that in most of the news selected to define the subjects of the research, the violence happened in the victim's house, reinforcing that historically it is in the space of conjugality, that is, the house, that the gender conflicts of these relationships that dispute and violence sets in.

Keywords: Domestic violence; Home; printed newspapers; News; Women.

Introdução

A violência doméstica contra a mulher, genericamente, deixa de ser, para o Estado, uma questão privada de grupos familiares e revelam impactos significativos em relação aos gastos na área de saúde, no mundo do trabalho, uma vez que interfere na produtividade, bem como na expectativa de vida da população feminina. Tal reconhecimento é fruto de uma visibilidade construída pelos movimentos de mulheres e (*grupos*) feministas, dentre outros, que chamaram a atenção sobre o caráter social dessa violência, bem como sobre a tolerância social e o silêncio que acabam por legitimar crimes contra a mulher.

Ao perseguir essas questões, a presente pesquisa toma como objetivo apresentar dados catalogados na dissertação de mestrado “*A notícia de violência contra a mulher e a violência da notícia*”, em que foram analisados os casos de seis mulheres em situação de violência doméstica, que tiveram suas histórias publicadas pelos diários impressos que circulam em Goiânia, *O Popular* e o *Diário da Manhã*. As mulheres entrevistadas foram selecionadas a partir de uma consulta a esses dois jornais veiculados nos anos de 1997 e 1998, perfazendo um total de 1456 exemplares, dos quais 88 notícias foram consideradas universo da pesquisa.

Frente a isso, os estudos desenvolvidos a partir de 1990 sobre a violência doméstica contra a mulher mostram que a relação conjugal violenta é um tema complexo e não pode ser explicado “apenas” na relação dual de papéis fixos de agressor/vítima, dominador/dominada. A partir dos estudos de gênero, revela-se e questiona-se a vitimização da mulher nessas relações de violência conjugal. Segundo Suárez e Bandeira (1999):

A ligação entre violência e gênero é útil para indicar não apenas o envolvimento de mulheres e de homens como vítimas e autores/as, mas

também o seu envolvimento como sujeitos que buscam firmar, mediante a violência, suas identidades masculinas ou femininas (p. 16).

Isso significa que as relações entre homens e mulheres, homens e homens, mulheres e mulheres, são determinadas histórica e culturalmente, embora sejam baseadas, ao mesmo tempo, em papéis normatizados e tidos como “naturais” de cada sexo. Gênero trata de relações hierárquicas com dimensões políticas e de poder, de acordo com Scott (1995), embora não somente essas relações. Gênero articula, ainda, a condição biológica, a identidade psíquica e a cultura (Lamas, 1999); articula valores e vontades, de um lado, e desejos e o “impensado”, de outro (Machado e Magalhães, 1999).

A isso equivale dizer que as relações sociais são atravessadas pelo gênero e que a diferença sexual como produtora da desigualdade social, no caso da violência de gênero contra a mulher, é um fenômeno que perpassa as esferas pública e privada. Quando os jornais publicam a notícia de violência doméstica, lógica e historicamente estão impregnados desse elemento transversal que são as relações de gênero.

Na notícia, não há sujeito em sua relação histórica, o que há são fatos de violência que envolvem indivíduos. A perda da historicidade é um dos elementos que refletem a sua “naturalização” e a sua reificação pelos meios de comunicação. Frente a isso é possível afirmar que esse tipo de notícia nas páginas policiais não realiza a visibilidade da violência no sentido de combatê-la, ao contrário transforma-a em elemento banal, corriqueiro, natural e coisificado.

Ainda, uma problematização importante do trabalho é que ele se desenvolve frente a duas vertentes importantes de análise: de um lado, o pensamento ortodoxo, que culpa os homens e torna as mulheres vítimas; de outro, o que analisa a co-responsabilidade das mulheres pela violência que ocorre no espaço conjugal – casa.

O levantamento de dados nos jornais

Definir os sujeitos da pesquisa requereu um extenso levantamento dos dados nos jornais diários de Goiânia, seguido de uma leitura das notícias catalogadas e analisadas. A etapa da coleta de dados foi realizada no ano de 1999, em todos os exemplares do *Diário do Manhã* e de *O Popular* veiculados nos anos de 1997 e 1998, num total de 1456 jornais.

Portanto, esse universo de 88 matérias somadas dos dois jornais repartiu-se em 46 publicadas no ano de 1997 e 42, no ano de 1998. No entanto, das 88 matérias, 16 foram





publicadas nos dois jornais, o que significa que o total real da fonte para seleção dos sujeitos foi de 72 notícias.

A seleção das notícias mostrou que o *Diário da Manhã* possuía mais que o dobro de notícias que *O Popular* no ano de 1997, e exatamente o dobro em 1998. É importante ressaltar que, n' *O Popular*, havia uma variedade de notícias de municípios fora da região delimitada. Supõe-se que a estrutura do jornal, que conta com correspondentes no interior, possa ser uma variável que repercute na menor quantidade de matérias sobre o tema em relação ao *Diário da Manhã*.

Com a seleção e catalogação das notícias, foi possível estabelecer os critérios para a definição dos sujeitos da pesquisa. O momento dessa definição revelou um dilema: a busca das mulheres necessitaria de um trabalho investigativo a partir, apenas, das informações fornecidas pelos jornais, e não se sabia se elas seriam encontradas. Se o fossem, restava, ainda, saber se teriam entrado em contato ou não com a notícia. Diante disso, optou-se por delimitar as 16 notícias que se repetiram nos dois jornais (sendo 07 do ano de 1997 e 09 do ano de 1998) como universo privilegiado para seleção dos sujeitos. Isso porque as matérias poderiam ser complementares em informações sobre a mulher e pressupunha-se que o fato de a notícia ter sido publicada nos dois jornais daria mais chance de a mulher ter tomado conhecimento dela.

Do grupo das 16 notícias, 02 foram eliminadas: 01, porque a matéria não informava a idade da mulher e a outra, porque o caso continha elementos que fugiam à delimitação do estudo - o casal estava extremamente alcoolizado e a agressão era mútua. Restaram 14 mulheres. Entre essas, buscou-se, na medida do possível, mulheres que representavam proporcionalmente as diferentes faixas etárias e o tempo de relacionamento, local e cidade onde ocorreu a agressão, lembrando que o aglomerado urbano de Goiânia é composto por 16 municípios. Através do cruzamento de tais categorias, chegou-se ao número de 06 mulheres a serem entrevistadas.

Caracterização das mulheres entrevistadas

Quatro dessas seis mulheres são oriundas de cidades do interior, de Goiás e de outros Estados. As duas que nasceram e cresceram em capital (Rute em Goiânia/GO e Sueli em Belém/PA) também são as duas que tiveram grupo familiar monofocal tradicional: pai, mãe e irmãos.



As famílias das demais eram do tipo matrifocal, cujas mães foram responsáveis pela manutenção e educação dos filhos por diferentes razões: a mãe de Eleuza era prostituta, a de Mariana, viúva, as de Bia e de Dagmar sustentavam, na ausência dos maridos, o cotidiano familiar.

Das seis entrevistadas, cinco tornaram-se chefes de família. Apenas Sueli não ocupa o lugar de provedora do grupo familiar e, no momento da entrevista, era a única que estava desempregada. Rute, Mariana e Dagmar já eram as principais responsáveis pelo sustento das suas famílias antes da violência divulgada nos jornais e (*sugestão: enquanto Bia e...*) Bia e Eleuza ocuparam esse lugar após a separação dos maridos agressores. Bia e Sueli estavam no primeiro casamento. As demais já estiveram em outros relacionamentos. Rute, Dagmar e Mariana não tiveram filhos de seus agressores, enquanto Eleuza teve filhos com o seu agressor e no casamento anterior.

A condição da mulher e a violência em casa

O fato de mulheres serem vulneráveis à violência justamente no espaço familiar, idealizado, na sociedade moderna, como palco sagrado e refúgio para a barbárie social, é analisado por Saffioti (1994) como resultado da socialização: “Não obstante o enorme perigo representado por familiares, continua-se a socializar a mulher para temer os desconhecidos”(p. 158), diz a pesquisadora.

Essa afirmação se confirma nos números da pesquisa feita nos jornais de Goiânia. Na maioria das notícias selecionadas para definir os sujeitos da pesquisa, a violência aconteceu na casa da vítima. No Diário da Manhã, elas representam 65% dos casos e em O Popular, 53,5%. Mesmo nos casos publicizados, em que a violência aconteceu fora de casa, há indicativo de que a mulher já tinha sofrido a mesma violência na sua residência, cometida pelo seu companheiro ou excompanheiro.

Para Machado e Magalhães (1999), as relações amorosas são regidas pelas construções hegemônicas das categorias do masculino e do feminino que, por sua vez, se estabelecem através de um modelo de conjugalidade definido “como relações estáveis entre homens e mulheres que pressupõem o exercício da sexualidade, a coabitação e a reprodução familiar”(p. 236). É nesse espaço da conjugalidade, isto é, a casa, que os conflitos de gênero dessas relações que disputam a violência se estabelece.



Nesse sentido, o ideal de família como lugar de proteção à violência vem sendo diluído à medida em que ela se constitui, também, em espaço de sua produção, com o agravante de que é capaz de protegê-la e legitimá-la sob o argumento da autoridade.

Machado e Magalhães (1999) afirmam que, “na crença romântica dos anos 1950, casamento e família rimavam com amor e afeto. Cavalheirismo, com respeito e não com poder. Violência, com incivilidade e grosseria”(p. 173). Esse romantismo elitista, dizem as autoras, produziu a crença de que o processo de modernização balizaria uma sociedade mais “civilizada”, com relações interpessoais mais “refinadas e dóceis”.

No entanto, o que se desvendou foi um cenário absolutamente contrário às previsões, ou ilusões românticas. A casa é um espaço de conflitos, tensões e negociações cotidianas, é o que apontam os estudos recentes sobre a família. Araújo (1998) afirma que, como espaço de referência e refúgio, de constituição primária de identidades e de atendimento às necessidades básicas, materiais e afetivas, a casa “não é só aconchego, serenidade e diversão. Poder-se-ia dizer que, como muitos outros espaços, a casa é campo de lutas declaradas, amistosas, dissimuladas ou, ainda, lutas que não têm visibilidade para além de seu espaço doméstico”(p. 146).

Uma tênue distância entre o que seja violência e “punição necessária” perpassa a socialização no grupo familiar. Pode-se afirmar que esse é um elemento que contribui para conformar o espaço familiar como abrigo da violência. Pois esta, como ato disciplinar, pode tornar-se uma ação autorizada que comparece sob uma forma hierarquizada, na qual a autoridade – cujo reconhecimento é inquestionável por aqueles a quem se pede que obedeçam - se personifica. A associação direta entre punição como necessária à educação é feita por Dagmar quando relata a determinação e o cumprimento de regras no seu grupo familiar:

Era pela educação. Por a minha mãe ser só, ela tinha que educar meus irmãos, e até mesmo a mim. Eu apanhei muito da minha mãe, fiquei muito de castigo, mas violência nunca vi não, na minha família nunca teve. Além dela bater muito, que isso eu lembro muito, ela ainda botava a gente de castigo. Tinha punição quando a gente desobedecia” (Dagmar).

Quando se trata da violência conjugal, o ato disciplinar reaparece como uma justificativa dos homens. Machado e Magalhães (1999), ao analisarem falas de agressores, mostram que a violência tem sempre, para eles, um sentido disciplinador. Alegam que “as mulheres não obedeceram ou não fizeram o que deviam ter feito em nome dos filhos, ou pelo fato de serem casadas”(p. 233). Nesse sentido há a culpabilização da



mulher pelo ato violento que a vítima: o companheiro de Rute tentou matá-la, porque ela “desobedeceu” às condições por ele impostas para continuar o relacionamento; o de Bia, porque ela não queria manter relações sexuais. Enfim, essas mulheres não cumpriram com as suas “obrigações” dentro da ordem moral familiar e coube ao marido “discipliná-las”

A violência contra a mulher ganha, então, contornos complexos, porque se instaura no conjunto das relações, das convicções morais, dos modelos de comportamento, definição de papéis, como um mecanismo “natural” disciplinador com vistas a “resolver” os conflitos de uma relação.

Frente a esse fato, cabe questionar por que é a mulher quem fica no lugar de quem deve ser disciplinada e, ainda, por que essa forma de disciplina ganha legitimidade social. Um dos caminhos para apreender essa complexidade é oferecido por Chauí (1985), que coloca essa discussão a partir da autonomia e da heteronomia na constituição social das mulheres.

A heteronomia, um caminho para violência

Uma das formas de apreender a condição da mulher apresentada por Chauí (1985) se apoia na hipótese de que “a cumplicidade das mulheres em receber e praticar violências” (p. 47) se relaciona ao modo como, na sociedade moderna, elas são colocadas como sujeitos.

De acordo com a autora, as mulheres constituem-se pela heteronomia, isto é, são seres para os outros, dependentes subjetiva e afetivamente, originariamente definidas como esposas, mães e filhas, nas posições (papéis) relacionadas à família. Dessa condição, diz a autora, decorrem as dependências econômica, política, cultural, e a legitimação da condição da mulher na sociedade. Para os homens, ao contrário, a posição familiar (marido, pai e filho) é apenas um acontecimento, pois o seu lugar de definição é o espaço público.

A diferença entre o tornar-se sujeito homem e o tornar-se sujeito mulher espelha a tradicional separação entre as esferas do público e do privado como opostas entre si, sendo a primeira definida como o lugar do exercício da liberdade e da política (o lugar do homem); e a segunda, o lugar da privação (lugar da mulher).

Essa diferença está fundada no padrão de desigualdade entre homens e mulheres, que incluem e extrapola, ao mesmo tempo, a desigualdade entre classes. Segundo as





reflexões de Beauvoir (1980), a origem da subalternidade da mulher e do desejo de dominação do homem é decorrente de uma necessidade primária de sobrevivência do clã, que se relaciona ao fato de, nas hordas primitivas, a mulher ter ficado presa à fecundidade “absurda”, uma vez que a reprodução não era controlada e nem valorizada.

Condenada à reprodução incessante, a mulher não pôde participar das guerras, da ampliação dos recursos e dos poderes do clã. Portanto, não teve participação na invenção e no domínio da ferramenta. Isso significa que, nas hordas primitivas, a superioridade dos homens foi obtida em detrimento da condição biológica da mulher e por uma necessidade de sobrevivência.

Essa superioridade foi vivida sem mediações e, por isso, num primeiro momento, não foi “desejada”. Beauvoir (1980) afirma que o “desejo” de dominação do homem aconteceu através dos mitos, concomitantemente ao surgimento dos sistemas de valores - o surgimento da família, do Estado, da religião, da educação -, quando a diferença sexual se traduziu em leis, normas e cultura.

Sedimenta Beauvoir em suas análises tomando o trabalho como a categoria mediadora entre a condição humana e a transcendência. Se a mulher primitiva não teve domínio sobre a ferramenta e sobre o trabalho e se o trabalho foi o elemento através do qual o homem produziu um valor de vida transcendente à vida em si, a mulher então realizou a própria transcendência – porque, sendo humana, também lhe é próprio transcender - a partir dos feitos do homem, de suas ações e descobertas:

O guerreiro põe em jogo a própria vida para aumentar o prestígio da horda e do clã a que pertence. Com isso prova de maneira convincente que a vida não é para o homem o valor supremo, que ela deve servir a fins mais importantes do que ela própria. A maior maldição que pesa sobre a mulher é estar excluída das expedições guerreiras. Não é dando a vida, é arriscando-a que o homem se ergue acima do animal; eis porque, na humanidade, a superioridade é outorgada não ao sexo que engendra e sim ao que mata (Beauvoir, 1980: 84).

Esse pensamento exhibe pertinência, ainda que datada do ponto de vista da força explicativa, porque permite afirmar que a superioridade do homem sobre a mulher na hierarquia social se efetiva a partir da valoração social, a cultura sendo a mediadora. Decorrente de uma necessidade primária, vivida de forma a transformar em desigualdade hierarquizada as diferenças biológicas da mulher, houve a cisão de direitos entre o sexo que engendra e o sexo que mata, guerreia e realiza conquistas. Daí a “maldição” da (condição) da mulher que, em função da sua condição biológica, “(...) não soube tornar suas promessas da ferramenta” (p. 98).



Historicamente, o corpo do sexo que engendra se transformou em forte argumento de desigualdade. Para Chauí (1985), o corpo feminino é elemento fundamental para as ideologias da feminilidade que mantêm a mulher como uma rocha natural no mundo historializado. Ideologicamente, a esse corpo fica submetida também a razão, pois a razão feminina é a sensibilidade. E a sensibilidade feminina, segundo Chauí (1985), é uma das ideologias da feminilidade que cria o primeiro passo para a violência, porque reforça o padrão de heteronomia, destinando a mulher ao amor do e pelo particular.

A permanência da ideologia naturalizadora é nítida no caso das mulheres, cujo corpo é invocado como uma determinação natural. É possível notar que o corpo feminino parece ser um elemento natural irredutível, fazendo com que a mulher permaneça essencialmente ligada ao plano biológico (da procriação) e ao plano da sensibilidade (na esfera do conhecimento). Maternidade, como instinto e destino, numa sociedade que planeja e controla a natalidade e que administra a procriação, e sensibilidade, numa cultura que desvaloriza o sentimento em face dos pensamentos, eis algumas construções ideológicas curiosas nas quais a “natureza feminina” permanece como uma rocha “natural” no mundo historializado (p. 38).

Esse conjunto de ideias sobre a universalidade e a singularidade da mulher revela algumas contradições. Se, na sua universalidade, a condição da mulher está dada a partir da sua condição biológica, vista socialmente e ideologicamente como “natural” e desvalorizada, ou pela subalternidade, na sua singularidade uma mulher é algo mais do que essa condição, é mais do que papéis. “Sou uma mulher. Mas ela não é uma mulher”, diz Collin (1992), para reafirmar que o sujeito mulher não se define unicamente pela feminilidade e nem se reduz à condição da mulher. Se sua identidade é recortada pela condição dada pelo gênero (isto é, pelas relações), não significa que se reduza a ela.

A determinação sexuada da mulher, diz a autora, pode tornar-se preponderante num processo de identificação, mas acontece também de ela situar-se “europeia em relação a uma americana, ou enquanto intelectual em relação a uma camponesa, ou enquanto adulta em relação a uma criança” (p. 04). Então, para além da determinação biológica, percebe-se contradição entre o sujeito mulher universalizado, como ideal, e a condição desse sujeito constituído historicamente pelas relações sociais econômicas, culturais e de gênero, ainda que, ilusoriamente, seja percebido e determinado por uma condição biológica e por uma imutabilidade dessa condição.

Essa contradição faz com que o gênero, ao mesmo tempo que participante da constituição do sujeito, ofereça os elementos que questionam a constituição social da mulher. Se está se constitui pela heteronomia (e isso é uma questão de gênero), essa condição poderá ser diferente mediante relações com valores de gênero modificados.





A isso equivale dizer que a condição da mulher é mutável, tanto quanto as estruturas podem ser, isto é, que ao gênero podem ser agregados novos elementos que acabarão por interferir na constituição das identidades de novos sujeitos. Se, no argumento de Chauí (1985), a mulher é um sujeito heterônomo por pertencer ou estar a serviço do desejo de alguém, isso faz dela um ser que se legitima pela sua capacidade de satisfazer o desejo do outro e, por uma questão de identidade, tal se apresenta, ilusoriamente, como o seu desejo. Ao tomar para si essa condição de heteronomia, a mulher potencializa a violência no sentido de acatar para si seu padrão (ausência de autonomia) e esperar que esse padrão seja o mesmo para todas as outras mulheres.

Permanecendo nesse argumento, é possível perceber a contradição do debate que atualiza o tema da vitimização. Se, de um lado, a mulher é a vítima da violência doméstica, e não há como negar isso, por outro, a sua vitimização – que a toma como um sujeito sem autonomia - acaba cumprindo o papel de mantenedora dessa situação em si, ou seja, da heteronomia.

Frente a isso, aparentemente, não há possibilidade de escapar à armadilha do gênero. E, questionando a vitimização, a mulher é tomada como co-participante da relação de violência. Esse debate contemporâneo instala-se entre essas duas questões, que têm marcos históricos. A vitimização permitiu, historicamente, tornar a violência contra a mulher uma questão social, visível. No entanto, mais recentemente, Grossi (1993) e Gregori (1994) discutem a sua co-participação no processo, revelando os mecanismos que fazem com que ela permaneça na relação, uma espécie de “deixar-se” violentar que alimenta um ciclo, para o qual os equipamentos sociais mostram-se impotentes.

Considerações finais

Observou-se, por meio dessa pesquisa que as notícias nos jornais, por sua vez, oferecem “explicações” para a violência contra a mulher pelo ciúme do agressor como argumento básico, que encontra aderência em todos os atores sociais envolvidos: a mulher, o agressor e a imprensa. Embora o ciúme seja forte elemento, a redução da explicação da violência a ele contribui para mascarar, e não para visualizar, os diversos conflitos de gênero, uma vez que reproduz o que é aceito culturalmente em relação aos papéis sociais e sexuais dos homens e das mulheres, legitimando a desigualdade entre os sexos.



Desse modo a construção social dos papéis de gênero por meio dessa pesquisa, reforça que violência é, então, uma realização particular da força que visa à manutenção da relação com uma das partes anulada em sua diferença. A violência deseja a sujeição ou a supressão, mediatizada pela vontade do outro que consente em ser suprimido na sua diferença:

Assim, a violência perfeita é aquela que obtém a interiorização da vontade e da ação alheias pela vontade e pela ação da parte dominada, de modo a fazer com que a perda da autonomia não seja nem percebida nem reconhecida, mas submissa numa heteronímia que não se percebe com tal (Chauí, 1985, p. 35).

A realidade empírica indica a existência de uma rotina, que ocorre num contexto marcado por relações complexas que envolvem identidades de gênero, valores culturais, elementos da socialização. Acreditar que apenas uma ou duas inserções de notícia podem interromper um ciclo revela certa ingenuidade e impotência diante do padrão social de violência que incluem e extrapola as relações de gênero, porque é um padrão que legitima a desigualdade.

Nesse sentido, a discussão sobre o público e o privado na forma como foi posta por Young (1987) contribui para entender um pouco mais a questão. Segundo a autora, a distinção entre público e privado, na teoria política moderna, exprime uma vontade de homogeneidade que exige a exclusão de muitas pessoas e grupos. “De acordo com a ideia moderna de razão normativa, a noção de público na teoria e prática política moderna designa uma esfera da existência humana na qual os cidadãos exprimem sua racionalidade e universalidade abstraídos de suas situações e necessidades particulares e em oposição ao sentimento” (Young, 1987: 83).

Nesse sentido, a constituição social da mulher, o ser humano que não é homem, carrega uma tragicidade histórica: na medida em que ela migra para o espaço público, mediada pela notícia de violência no jornal, esse espaço se apresenta como um engodo, porque não é o lugar do exercício da liberdade e da autonomia. Ao contrário.

Sendo assim, a condição para escapar do engodo deve ser que a dor, a violência, as humilhações não sejam “esquecidas”, porém elaboradas. É condição que os processos de socialização (que em princípio, são processos educativos) não permitam o esquecimento, pois o combate à violência contra a mulher passa necessariamente pelo resgate da sua condição humana e pela humanização das relações, no sentido particular e universal.

Isso significa que enfrentar o modo pelo qual a mulher é posta como sujeito heterônomo na sociedade moderna é também enfrentar o modo como se processa a sua



socialização, em seus diversos aspectos: na família, na escola, na igreja, nas mídias, no trabalho, no público e no privado. No limite, trata-se de educar para a emancipação.

Data de Submissão: 07/03/2022

Data de Aceite: 25/04/2022

Referências bibliográficas

ARAÚJO, Josenilson Guilherme de. **Casa e valores: espaço e dimensões da violência**. In: OLIVEIRA, Dijaci David e outros (orgs.). Primavera já partiu: retrato dos homicídios femininos no Brasil. Série: Violência em manchete I. Vozes, Brasília/DF; MNDH, Brasília/DF, 1998.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo: fatos e mitos**. Volume 1, 5ª edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

CHAUÍ, Marilena. **Participando do debate sobre mulher e violência**. In: Perspectivas Antropológicas da mulher. N° 4, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1985.

_____. **Uma ideologia perversa**. Explicações para a violência impedem que a violência real se torne compreensível. Folha de S. Paulo, São Paulo, 14 mar. 1999, Caderno Mais! p. 5-3.

COLLIN, Françoise. **As mesmas e as diferenças**. Recife: SOS Corpo, 1992

GREGORI, Maria Filomena. **Cenas e queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: ANPOCS, 1993.

GROSSI, Miriam Pillar. Novas/velhas violências contra a mulher no Brasil. In: Revista Estudos Feministas, N° 5, número especial, publicação semestral, .473 a 483. CIEC, Rio de Janeiro: 1994.

_____. **O significado da violência nas relações de gênero no Brasil**. In: Sexualidade, Gênero e Sociedade. Publicação Semestral, ano 2, número 4, dez. Rio de Janeiro: CPESC/IMS, 1995.

_____. **Identidade de gênero e sexualidade**. In: Estudos de Gênero, cadernos de área n° 9. Goiânia: Editora da UCG, 2000.



LAMAS, Marta. **Gênero, diferenças de sexo y diferencia sexual.** In: Debate Feminista. Ano 10, vol. 20, México, 1999.

MACHADO, Lia Zanotta e MAGALHÃES, Maria Tereza Bossi de. **Violência conjugal: os espelhos e as marcas.** In: SUÁRES, M. & BANDEIRA, Lourdes (orgs.). Violência, gênero e crime no Distrito Federal. Brasília: Paralelo 15, Editora da Universidade de Brasília, 1999.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. **Violência de Gênero no Brasil Contemporâneo.** In:SAFFIOTI, Heleieth I. B. e VARGAS, Monica Muñoz (orgs.). Mulher Brasileira é assim. Rio de Janeiro: Editora Rosas dos Tempos/ NIPAS; Brasília: UNICEF, 1994.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** In: Educação e Realidade, V. 20, n° 2, Porto Alegre, Jul/dez.1995.

SUÁREZ, M. & BANDEIRA, Lourdes. **Introdução a Violência, gênero e crime no Distrito Federal.** In: SUÁRES, M. & BANDEIRA, Lourdes (orgs.). Violência, gênero e crime no Distrito Federal. Brasília: Paralelo 15, Editora da Universidade de Brasília,1999.